

6. Referências:

individual e geração. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1988.

BIOGRÁFICO. In: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Celso Monteiro Furtado**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/celso-monteiro-furtado> . Acesso em: 07/07/2017.

CALICCIO, Vera. **Verbetes**. FGV, CPDOC.

CARNEIRO, Alan. **Verbetes**. CPDOC.

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. E ele voltou... O Brasil no segundo governo Vargas: **a questão racial no Brasil dos anos 50**. Dossiês Navegando na História. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/SegundoGoverno/QuestaoRacial>>. Acesso em: 03 jul. 2017.

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. E ele voltou... O Brasil no segundo governo Vargas: **Cleantão de Paiva Leite**. Dossiês Navegando na História. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/cleanto_de_paiva_leite. Acesso em: 07 de ago. 2017.

D' ARAUJO, Maria Celina; JÚNIOR, Reinaldo Roels. **Entrevista**. Rio de Janeiro, CPDOC: 21/3/1980.

GOLDENBERG, Mirian. **Pesquisa qualitativa em ciências sociais**. In: A arte de pesquisar - como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 1997, p.:16-32.

LIMA, Valentina da Rocha; RAMOS, Plínio de Abreu. **Entrevista**. CPDOC: 1983.

MANZINI, E. J. **Entrevista semi-estruturada**: análise de objetivos e de roteiros. In: Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos, 2, A pesquisa qualitativa em debate, Bauru, 2004. Anais..., Bauru: SIPEQ, 2004. 1 CD.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **Caminhos cruzados**: trajetória



v. 4, n.4, jul./dez. 2018 ISSN: 2527 - 1253

Resenha

Livro:

Gestão Social de Cooperativas

Autor:

PEREIRA , José Roberto

CANÇADO , Airton Cardoso.

FILHO, Miguel Pacífico*

* Graduação em História pela Universidade Federal de Ouro Preto(UFOP) (1996), bolsista do programa PET/CAPES. Mestrado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)(1999), bolsista CAPES. Doutorado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) (2004), bolsista FAPESP . Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Trabalho, Economia Solidária e Gestão Social. Professor Adjunto IV do Curso de Gestão de Cooperativas da Universidade Federal do Tocantins UFT ,Campus de Araguaína desde janeiro de 2009. Desenvolve trabalhos nas área de Historia do Trabalho, Movimentos Sociais, Gestão Social, Desenvolvimento e Migrações. Coordenador do Curso de Pós Graduação Stricto Sensu Demandas Populares e Dinâmicas Regionais - PPGDire

espaços estão relacionadas à própria experiência histórica da democracia no Brasil. Os brasileiros reproduziram valores de organização social muito hierarquizados e autoritários ao longo de toda a nossa história colonial e pós-colonial, formando o que Freire (1982) denominou de cultura do silêncio (p.19).



Gestão Social de Cooperativas, cuja edição foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) por meio do Programa Pesquisador Mineiro, ocupa-se de tema amplamente constatado na literatura que discute cooperativas: a participação. A vinculação das discussões presentes no trabalho com as atuais questões nacionais é premente. Senão, vejamos como ainda na introdução podemos observar não somente algumas das escolhas que nortearão todo o desenvolvimento do texto como também a possibilidade de traçar um paralelo com fatos recentes na esfera da participação ocorridos no estado que é local de residência de um dos autores, o Tocantins. Nos dizem Pereira & Cançado: “*um dos maiores problemas que afetam a organização interna das cooperativas é a questão da participação*” (p.19). Constatado o problema, nos ofertam as bases analíticas devidamente referenciadas em Paulo Freire e apontam:

as causas da falta de participação democrática nesses

A mencionada experiência democrática brasileira continua produzindo exemplos de cultura de silêncio quando há a necessidade ou a possibilidade de participação. Recentemente o Tocantins realizou eleições suplementares para governador do Estado e os principais veículos de mídia no Brasil, bem como destacados cientistas sociais produziram análises acerca dos altíssimos índices de abstenções e votos nulos. O site do TSE (Tribunal Superior Eleitoral)¹ noticiou o fato da seguinte maneira no dia 25/06/2018: “(...) a soma dos percentuais de pessoas que não foram votar (34,86%) e pessoas que anularam seus votos (23,46%) ultrapassou mais da metade do eleitorado, somando 58,32% do total”. Diante desses dados podemos parafrasear o seguinte trecho da introdução: “*a questão da participação nas cooperativas torna-se um paradoxo, pois teoricamente as cooperativas são organizações eminentemente democráticas*”. Poderíamos dizer o seguinte: a questão da participação nas eleições torna-se um paradoxo, pois teoricamente as eleições são organizadas para legitimar práticas democráticas.

No início do trabalho nos é apresentada a proposta em sua perspectiva inovadora bem como sua referenciação teórica: “*Gestão Social de Cooperativas propõe uma nova abordagem de gestão de cooperativas fundamentada na ação comunicativa desenvolvida por Habermas*” (p.9). Discutir participação em organismos sociais como as Cooperativas ofertando perspectiva metodológica de suporte ao desenvolvimento de práticas democráticas pela via da Gestão Social, nos oferta também a possibilidade de ampliação do foco interpretativo. Entendemos que ao buscar fundamentação conceitual em Sérgio Buarque de Holanda e Roberto da Matta, torna-se possível a leitura de

1 <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Junho/justica-eleitoral-conclui-eleicao-suplementar-para-governador-do-tocantins>.

Consultado em 06/08/2018.

questões maiores do cenário social brasileiro envolvendo a participação e construção de espaços democráticos. Ao final da sua introdução nos é apresentada a questão norteadora: “*como as cooperativas comprometidas com os princípios universais do cooperativismo podem ser gerenciadas com base na abordagem de gestão social?*”. (p.21)

O trabalho encontra-se estruturado em 5 capítulos e a exposição pormenorizada da estrutura de cada um desses capítulos permite ao leitor acompanhar a estrutura argumentativa proposta pelos autores. O capítulo 1, “Gestão Social: um constructo tupiniquim”, apresenta e historiciza o conceito de gestão social a partir da perspectiva de contraposição à modelos interpretativos que, importados de outros contextos sociais, pouco somariam à fundamentação teórica para a problematização de questões brasileiras. A partir dessa referenciação inicia-se uma descrição do histórico da Gestão Social no Brasil demarcando o ano de 1990 como o marco inicial dos estudos em gestão social com a criação do Programa de Estudos em Gestão Social vinculado à EBAPE/FGV/RJ (Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas). Mais de uma década após a referência cronológica inicial, mais precisamente no ano de 2007, são mencionados três marcos para a Gestão Social. O primeiro deles é a realização do I Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (ENAPEGs), ocorrido na cidade de Juazeiro do Norte, CE. O segundo, a consolidação da Rede de Pesquisadores em Gestão Social (RGS) a partir da organização e desenvolvimento do evento supracitado. O terceiro, lançamento dos Cadernos de Gestão Social, apresenta-se como o primeiro periódico brasileiro a dedicar-se especificamente à Gestão Social.

Acerca da inserção da Gestão Social num determinado campo de conhecimento nos é apresentado um deslocamento de eixo que ocorre entre os anos de 2011 e 2014 quando observamos as discussões envolvendo a Administração e o chamado “campo de públicas”. Nos dizem os autores:

“segundo Cançado (2011) a gestão social estaria inserida no campo da Administração (...) por outro lado Araújo (2012) apresenta a Gestão Social como um campo multidisciplinar (...) entretanto a Gestão Social parece se aproximar

mais do chamado “campo de públicas”(PIRES et. Al., 2014). (p.32).

O capítulo 2, “Princípios Cooperativistas e Gestão Social”, nos apresenta inicialmente contextualização histórica sobre as concepções econômicas e sociais que estruturam aquelas que se entende ser as primeiras cooperativas. Robert Owen (1771-1858) é mencionado assim como seu movimento “Novo Mundo Moral” ao lado de Feargus O’Connor e o movimento do qual foi um dos líderes, o cartismo. Numa perspectiva teórica diametralmente oposta aos dois expostos anteriormente, Pierre-Joseph Proudhon, crítico ferrenho de Karl Marx, também nos é apresentado como propositor de um sistema social completamente pautado na autogestão de propriedades coletivas.

Apresentados como matrizes teóricas, os autores supramencionados têm muitas de suas proposições assimiladas às experiências de trabalhadores que vivenciam as consequências da nascente mecanização da produção em massa e materializam aquelas que seriam as primeiras cooperativas modernas. Ao final desse mesmo segundo capítulo os autores demonstram aquela que pode ser considerada a proposição central do trabalho, ou seja, a convergência entre a Gestão Social de suporte teórico habermasiano e os chamados princípios cooperativistas, “*(...) a convergência que emerge fortemente é a emancipação social, fim último da gestão social e principal motivação da origem das cooperativas*” (p. 84).

O capítulo 3, Concepções e características da organização cooperativa, dedica-se basicamente a demonstrar as perspectivas de manuseio do cooperativismo de acordo com o contexto em que ele é inserido. São mencionadas três perspectivas de concepção de cooperativas, desde instrumentos políticos de estados até como organismos sociais capazes de gerar transformação social. Nos dizem os autores: “*(...) é possível distinguir três perspectivas básicas de concepção de cooperativa, segundo Alencar (1986): a) Rochdaleana ou social reformista; b) trabalhista ou de transformação social; c) técnico-reformista*” (p. 87).

O capítulo 4, Democracia Deliberativa, cumpre o papel de apresentar-se como o espaço para as discussões

teóricas que giram entorno da teoria do agir comunicativo de Habermas (2012) e da racionalidade da ação. Sendo assim, os autores nos apresentam à uma conceituação sintética proposta por Habermas que assim define racionalidade “*como uma disposição de sujeitos capazes de falar e agir*”. Expostos os argumentos teóricos no início do capítulo a discussão se desdobra no sentido de conferir conectividade com o ambiente cotidiano das cooperativas, nas possibilidades de fala e interação entre os associados:

“a ação comunicativa em cooperativas se desenvolve com base na intersubjetividade dos associados que forma uma “comunidade ideal de fala” capaz de construir possibilidades coletivas de conhecimento. Nesse sentido, a ação comunicativa abre um “horizonte de possibilidades de entendimento” no âmbito das cooperativas, ainda mais se atuarem em rede por meio do princípio da intercooperação” (p. 105).

Adentrando ainda mais o capítulo chegamos à discussão envolvendo esfera pública e a um determinado modelo, ou conceito, de política deliberativa. Nesse ponto os autores estabelecem a proposta para a gestão social de cooperativas:

“assim, inspirados no conceito de esfera pública apresentado por Habermas (2003), podemos inferir que o papel da gestão social de cooperativas é sistematizar os saberes dos associados, estruturar avaliações técnicas especializadas para o bem comum, fortalecer a esfera pública temática que forma a identidade da cooperativa, fornecendo informações técnicas de qualidade” (p. 119).

O capítulo 5, Por uma Gestão Social de Cooperativas, nos apresenta a proposta dos autores para uma determinada perspectiva de gestão capaz de estabelecer vínculos com os referenciais sociais e históricos que estruturaram as cooperativas. Para tanto, recorrem a um conceito de Administração numa acepção geral e encontram em PARO (1988) o suporte necessário para iniciar suas proposições, ou seja, a Administração é definida como “*a utilização racional*

de recursos para a realização de fins determinados”. Desdobrando tais discussões nos propõem a chegada a um conceito específico de Administração de cooperativas como “*sendo a utilização racional dos recursos disponíveis na cooperativa, que inclui os recursos materiais e o trabalho, coordenada democraticamente, por meio de métodos participativos*” (p. 124).

Considerada insuficiente pelos autores, a definição acima é aprofundada a partir da concepção de que há uma “*complexidade gerencial que caracteriza uma cooperativa*”. Sendo assim, chegam ao conceito que dá nome ao livro, ou seja, Gestão Social de Cooperativas e atribuem a ele uma “*ação gerencial dialógica e deliberativa orientada pela racionalidade comunicativa e voltada para a realização do bem comum*” (p. 125). Para o desenvolvimento do conceito supracitado apresentam uma divisão neste último capítulo estruturada em três partes. A primeira delas observa e problematiza a educação cooperativista, considerada um dos pilares do funcionamento de uma cooperativa. O título dado a essa parte é “Educação dialógica e cooperativas”. A segunda parte é intitulada “Cultura Democrática” e por fim, a terceira parte recebe o nome de “Diagnóstico e Planejamento Participativo em Cooperativas”.

Entre as discussões presentes nas três seções chama a atenção a opção em buscar a análise de Brasil realizada por Richard Morse (1988) destacando que a perspectiva analítica desse autor está referenciada na perspectiva da alteridade, analisando a sociedade brasileira para entender a sua própria sociedade. No dizem os autores: “*em segundo lugar, Morse procura a Íbero-América como espelho, porque ele acha que nós temos o que eles não têm: consciência das relações entre a “pessoas” e não entre “indivíduos”*” (p. 131). Ampliando a perspectiva de Morse (1998), Pereira & Cançado buscam expor três tipos de comportamento que seriam definidores do comportamento social brasileiro. A fundamentação para essa dinâmica é sustentada por autores tão díspares quanto Sérgio Buarque de Holanda, Roberto DaMatta e Max Weber. A síntese dessa proposta explicativa encontra-se apresentada da seguinte maneira:

“os “tipos culturais” apresentados aqui, *aventureiro, empreendedor e malandro*, não devem ser considerados de forma estática, mas explorados em

suas relações dinâmicas, no sentido de potencializar as explicações sobre os valores que orientam as ações” (p. 140).

que se atinge um adequado diagnóstico da realidade dos associados de uma cooperativa e a partir desse diagnóstico a construção de proposições capazes de desenvolver valores democráticos nos mais diversos ambientes cooperativistas.

As análises aqui apresentadas nos conduzem a uma conclusão acerca das cooperativas brasileiras e suas especificidades, cabe dizer estas se apresentam também como proposta de conclusão do trabalho. Especifica-se as características de comportamento dos associados a partir dos três autores apresentados no parágrafo anterior e na sequência se aponta métodos e dinâmicas capazes de fornecer instrumentos para o desenvolvimento de procedimentos democráticos de gestão, pautados pela busca de aproximação dos princípios cooperativistas fundantes e referenciais para o chamado movimento cooperativista no mundo.

Quanto às características das cooperativas no Brasil nos dizem:

“as organizações cooperativas, no Brasil, geralmente, são constituídas por associados que apresentam grau acentuado de diferenciação social, econômica e cultural, o que dificulta a formação da identidade organizacional (...)” (p.162).

No que diz respeito às propostas da Gestão Social de Cooperativas há recomendação do chamado Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE) que segundo os autores

“está fundamentado na construção do conhecimento prático esclarecido Teoricamente está fundamentado na ação comunicativa dialógica de Habermas (2012), na crítica coletiva e na criatividade, buscando o comprometimento entre participantes” (p. 166).

A convergência entre a Gestão Social e os princípios norteadores do cooperativismo encontram-se segundo os autores na abordagem teórico conceitual, ou seja, nos objetivos centrados na emancipação social e na transformação social. Tais objetivos tornam-se alcançáveis na medida em